

## **Inovações na pesquisa do indígena do Censo Demográfico 2010 do Brasil e um perfil demográfico dos indígenas residentes na fronteira brasileira**

Nilza de Oliveira Martins Pereira<sup>1</sup>

### **Resumo**

O Censo Demográfico 2010, realizado pelo IBGE, aprimorou a investigação da população indígena, introduzindo a investigação da etnia, como também, da língua falada no domicílio e a localização geográfica, que são critérios de identificação de população indígena nos censos de diversos países. Os resultados potencialmente gerarão um conhecimento da grande diversidade indígena existente no Brasil e, um melhor entendimento quanto à composição desse segmento populacional.

Uma das expectativas quanto aos resultados do censo demográfico brasileiro de 2010, no que se refere a população indígena, era se continuaria crescendo na mesma intensidade que o período anterior, 1991/2000. Contudo, este comportamento foi confirmado para os residentes nas áreas rurais, enquanto a população indígena urbana, de um modo geral, revelou perda populacional.

Na análise das diversas áreas geográficas foi observado que os municípios fronteiriços, tanto na área urbana quanto na rural, cresceram muito acima das expectativas. O trabalho faz um retrospecto dos avanços na pesquisa da população indígena no censo 2010 e traça o perfil demográfico, no período 2000/2010, da população indígena residente nos municípios brasileiros que fazem fronteiras com os países da América do Sul. Diferentemente do comportamento revelado para o Brasil como um todo, onde a população indígena cresceu a 1,1% ao ano no período 2000/2010, os indígenas residentes na fronteira brasileira cresceram significativamente, 4,8% ao ano. As hipóteses mais plausíveis consideradas para esse crescimento se baseiam em questões, tais como: uma possível mudança de categoria no quesito cor ou raça ou um efeito de caráter demográfico. A grande discussão seria o porquê ou quais benefícios estariam levando as pessoas a se declararem como indígenas, fenômeno localizado pelo menos nas áreas fronteiriças.

---

<sup>1</sup> Estatística, Doutora em Saúde Pública pela ENSP/FIOCRUZ e pesquisadora da Diretoria de Pesquisas do IBGE. Trabalho apresentado no V Congresso da Associação Latinoamericana de População, Montevideo, Uruguai, 23 a 26 de outubro de 2012. A autora agradece a colaboração dos analistas censitários Rodolfo Maia Filho e Maurício Sá, da Diretoria de Pesquisas do IBGE na geração das informações e elaboração dos mapas.

## **Introdução**

Uma das expectativas quanto aos resultados do censo demográfico brasileiro de 2010 era se a população indígena atingiria a marca de um milhão de pessoas e, se continuaria crescendo na mesma intensidade que o período anterior (1991/2000). A população indígena contabilizada no país, em 2010, ficou em torno de 800 mil habitantes e, o ritmo de crescimento nas áreas urbanas, de um modo geral, foi negativo, porém nas áreas rurais o incremento populacional foi significativo, contudo, com menor intensidade que o período 1991/2000.

Inovações metodológicas foram introduzidas no censo 2010 no sentido de caracterizar com maior visibilidade a população indígena. O Censo Demográfico 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, que, desde 1991, investiga o indígena como uma categoria do quesito cor ou raça no questionário da amostra, introduziu o quesito, também, no questionário básico, aquele que cobre todos os domicílios, logo os resultados passaram a refletir o universo de domicílios investigados. Além disso, o IBGE aprimorou a investigação desse contingente populacional, introduzindo a investigação da etnia, como também, da língua falada no domicílio e a representação da localização geográfica, que são critérios de identificação de população indígena nos censos nacionais de diversos países. Foi possível obter informações para os povos indígenas, como também, para a população residente nas Terras Indígenas reconhecidas no País, quer sejam indígenas ou não. Além dessas questões de caráter mais geral para todas as pessoas que se declarassem indígenas no quesito cor ou raça, o Censo 2010 implementou dentro das Terras Indígenas uma adequação de outros quesitos relacionados tanto às características domiciliares quanto às individuais, com vistas a refletir melhor a especificidade desses povos. Do ponto de vista demográfico, era importante entender essa tendência no período 1991/2010 e que população estaria se identificando como indígena.

Analisando os diversos espaços demográficos, um particularmente, chamou a atenção, os municípios que fazem fronteiras com os países da América do Sul, porque apresentava um comportamento diferenciado, isto é, uma taxa de crescimento muito elevada, tanto na área urbana quanto na área rural, nesse caso especificamente já era esperado, em função da fecundidade elevada observada em alguns povos indígenas.

Na análise das grandes regiões brasileiras, observou-se que a única região que apresentou incremento positivo na área urbana foi a região Norte. A região Sudeste destacou-se em função de perdas populacionais tanto na área urbana quanto na rural. Portanto, na análise das diversas áreas geográficas foi observado que os municípios que tangenciavam a fronteira internacional, tanto na área urbana quanto na rural, cresceu muito acima das expectativas. O trabalho se propôs a analisar o perfil demográfico desse contingente populacional residente, no momento do censo 2010, nos municípios brasileiros que fazem fronteiras com os países da América do Sul. Diferentemente do comportamento revelado para o Brasil como um todo, onde a população indígena cresceu a 1,1% ao ano no período 2000/2010, os indígenas residentes na fronteira brasileira cresceram significativamente, 4,8% ao ano. Em 2010, nas áreas urbanas do Brasil, a população que se declarou indígena no quesito cor ou raça perdeu 68 mil indígenas em relação a 2000, enquanto no conjunto de municípios com limites de fronteira o comportamento foi inverso com um acréscimo de 11 mil indígenas.

Em 2010, a participação da população indígena residente nos municípios com limites de fronteira em relação ao total da população indígena brasileira aumentou significativamente em relação a 2000, passando de 14,8% para 21,4%, sendo a maior contribuição daqueles residentes nas áreas urbanas.

As hipóteses mais plausíveis consideradas para esse crescimento se baseiam em questões, tais como: uma possível mudança de categoria no quesito cor ou raça ou um efeito de caráter demográfico. A grande discussão seria o porquê ou quais benefícios estariam levando as pessoas a se declararem como indígenas, fenômeno mais acentuado localizado pelo menos nas áreas fronteiriças.

## Aspectos metodológicos

Para obtenção da população indígena nos censos demográficos de 2000 e 2010 foram utilizadas as informações provenientes do quesito cor ou raça. Desde 1991, consta no quesito cor ou raça a categoria “indígena”, investigada em âmbito nacional, tanto geograficamente quanto metodologicamente, isto é, aplicada a todas as pessoas dos domicílios selecionados na amostra. Essa forma de captação manteve-se conceitualmente idêntica no censo 2000. Para 2010, além do questionário da amostra, o quesito passou a constar no questionário básico, isto é, recenseando todas as pessoas de todos os domicílios.

Durante o planejamento do censo 2010, as demandas quanto à investigação da população indígena era no sentido de que os povos indígenas fossem levantados em todos os domicílios e não por amostra; que a etnia e a língua falada pelos indígenas passassem a ser captadas. Uma outra demanda importante dos pesquisadores era que fosse realizada uma adequação conceitual, isto é, que as variáveis investigadas no questionário da amostra fossem mais harmônicas com as características da população residente nas Terras Indígenas. Uma recomendação quanto à preservação dos indígenas era o não levantamento dos povos isolados, em função da política para sua conservação sem forçar contato e, que o IBGE estudasse a possibilidade de adotar, quando possível, indígenas recenseadores dentro das Terras Indígenas.

A tecnologia móvel desempenhou um papel importante para a implantação e aperfeiçoamentos do processo de captação dos dados dos indígenas no censo através da utilização do Personal Digital Assistant – PDA, isto é, a substituição do questionário em papel pelo eletrônico, possibilitando assim incorporar bancos descritores com nomes de mais de 220 etnias e de aproximadamente 180 línguas para que o recenseador pudesse se orientar. Na literatura censitária, essas variáveis são consideradas tópicos de difícil mensuração, além disso, o Brasil possui uma grande diversidade étnica e linguística.

A integração das bases cartográficas do IBGE com a da Fundação Nacional do Índio/FUNAI foi fundamental para a aplicabilidade do questionário adequado nas Terras Indígenas, mediante a coincidência dos limites dos setores censitários com os das TIs. A Base Territorial do censo 2010 foi totalmente digital. Com o *Global Position System - GPS*, foi possível o georreferenciamento: de todas as unidades de coleta nas áreas rurais; dos estabelecimentos agropecuários; dos estabelecimentos de saúde, e dos estabelecimentos de educação, além de permitir o acompanhamento da cobertura geográfica.

Especificamente dentro das TIs foi aplicado, conforme citado anteriormente, um questionário ajustado que incluía algumas categorias nos respectivos quesitos. Nas Características Domiciliares, dentro do quesito tipo do domicílio particular permanente ocupado foi incluída a categoria *Oca ou maloca*. No material predominante das paredes externas foi incluída a categoria *Sem parede*. Na forma de abastecimento de água utilizada no domicílio





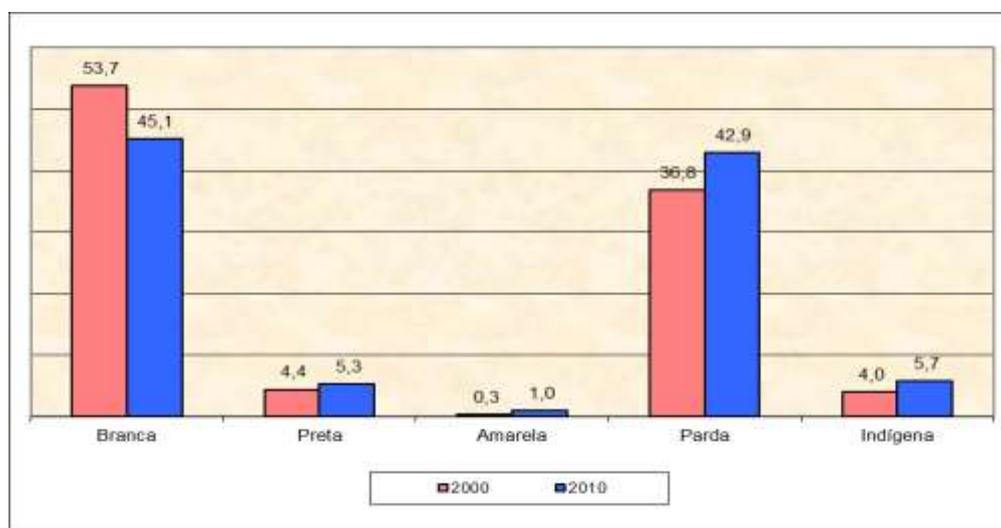
Existem 34 Terras Indígenas que tangenciam os países, sendo que o estado do Amazonas, do Acre e Mato Grosso do Sul possuem juntos 21 terras, sendo 7 em cada estado.

Para efeito de comparabilidade com os resultados do censo 2000, compatibilizou-se as áreas geográficas dos municípios que fazem limites com a fronteira segundo a malha territorial vigente à época do censo 2010.

## Resultados

O censo demográfico permite desde que se declarem como tal, aferir a população indígena do país, captando informações para aqueles que residem nas terras indígenas, como também, para os que estão residindo em áreas fora das terras, quer sejam urbana ou rural. Pelas declarações fornecidas pela população residente nos municípios limítrofes, em 2010, 45% consideraram-se brancos, enquanto em 2000, era 54%. Nas demais categorias os dados revelam um crescimento nas respectivas proporções. Esse comportamento pode ser uma possível transferência de declarações da categoria branca para as demais categorias de cor ou raça que apresentaram crescimento.

Gráfico 1 – Distribuição percentual da população residente nos municípios limítrofes, por cor ou raça - Brasil – 2000/2010



Fonte: Censos Demográficos 2000 e 2010.

O Brasil tem 3,1 milhões de pessoas residindo nos municípios fronteiriços, dos quais 174,8 mil são indígenas, isto é, 5,7%, segundo dados do censo 2010. Em 2000, eram 108,9 mil, correspondendo a 4%. Ao longo desses últimos dez anos, o número absoluto de indígenas nos municípios de fronteira cresceu 60,6%. A grande maioria

reside na área rural e 15% na área urbana. Enquanto a população indígena no Brasil como um todo residente nas áreas urbanas revelou declínio, a da área urbana da fronteira apresentou crescimento relativo de 72,3%, no período 2000/2010. O crescimento foi superior ao da área rural.

População residente total e nos municípios com limites de fronteira e taxa média geométrica de crescimento anual, segundo a situação do domicílio e condição de indígena – Brasil - 2000/2010

Situação do domicílio e condição de indígena	População residente				Taxa média geométrica de crescimento anual (%)	
	Total		Municípios com limites de fronteira		Total	Municípios com limites de fronteira
	2000	2010	2000	2010		
Total (1)	169 872 856	190 755 799	2 739 893	3 056 742	1,2	1,1
Não indígena	167 932 053	189 931 228	2 607 831	2 881 691	1,2	1,0
Indígena	734 127	817 963	108 926	174 898	1,1	4,8
Urbana (1)	137 925 238	160 925 792	1 944 450	2 278 584	1,6	1,6
Não indígena	136 620 255	160 605 299	1 912 843	2 251 658	1,6	1,6
Indígena	383 298	315 180	15 599	26 875	-1,9	5,6
Rural (1)	31 947 618	29 830 007	795 429	778 158	-0,7	-0,2
Não indígena	31 311 798	29 325 929	694 982	630 033	-0,7	-1,0
Indígena	350 829	502 783	93 321	148 023	3,7	4,7

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010.

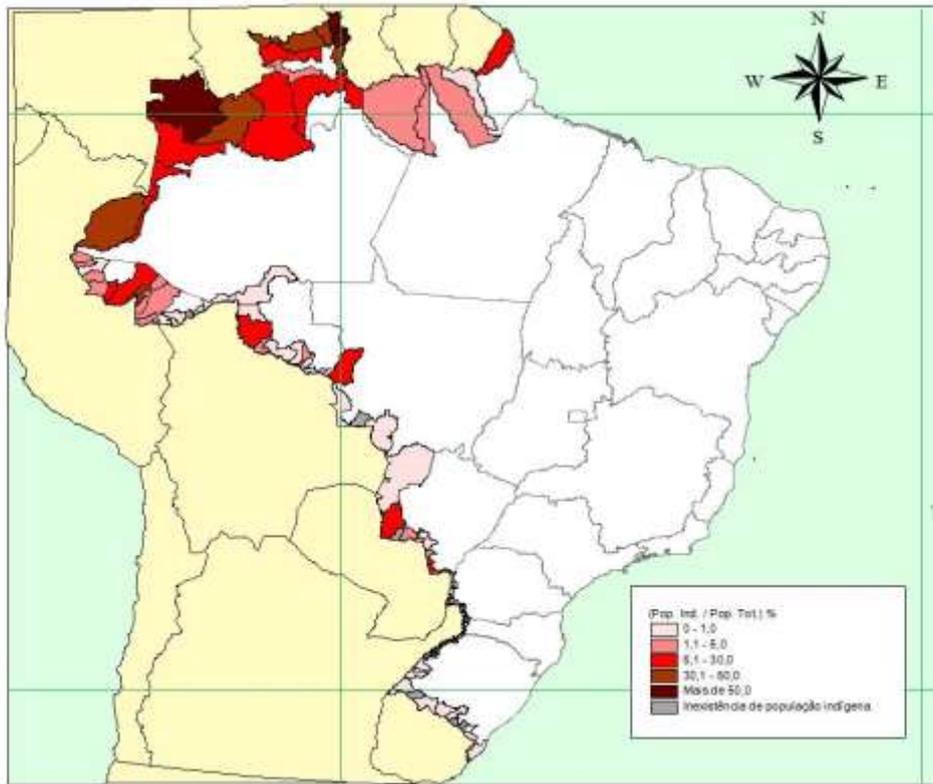
Nota: Considerou-se como população residente não indígena as categorias branca, preta, amarela e parda do quesito cor ou raça.

(1) Inclusive sem declaração de cor ou raça.

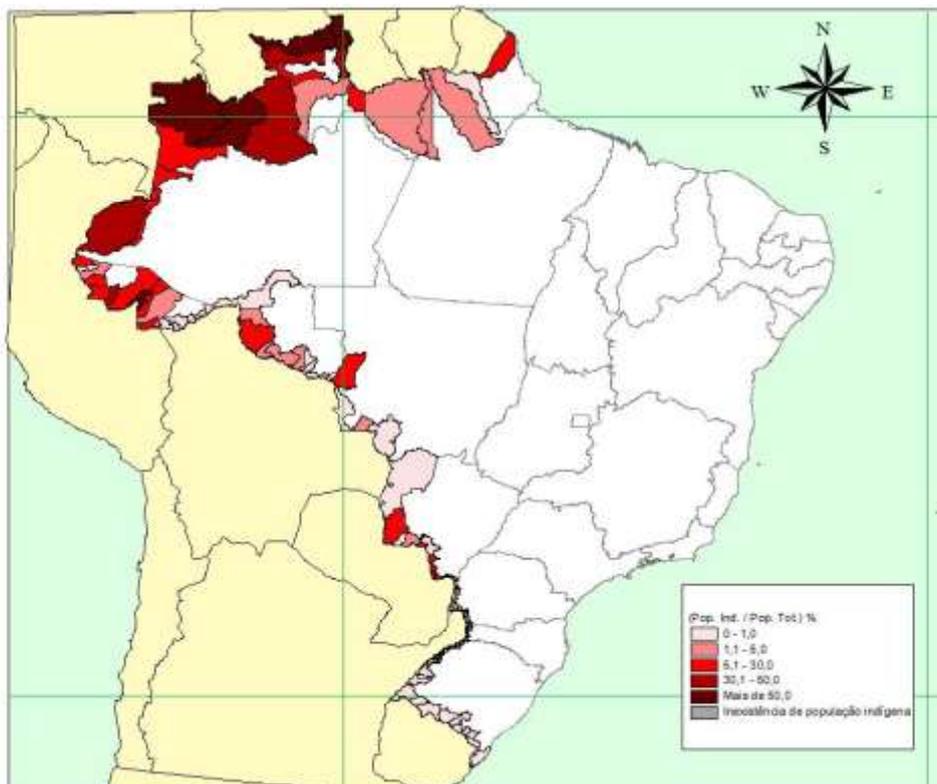
Na distribuição espacial da população indígena residente nos municípios com limites de fronteira, a região Norte além de deter o maior percentual de indígenas, também, revelou aumento na participação de população autodeclarada indígena no período 2000/2010. O estado do Amazonas possui a metade da população residente nos municípios fronteiriços. Na comparação entre 2000 e 2010 somente os estados do Acre e Roraima aumentaram a participação de autodeclarados indígenas. O ritmo de crescimento do conjunto de municípios fronteiriços da região Norte foi 5,2% ao ano e da Centro-Oeste, 4,3% ao ano. Enquanto o conjunto de municípios da região Sul revelou perda populacional de -5,1% ao ano, no período 2000/2010.

Em 2000, 24,2% dos municípios brasileiros situados no limite da fronteira não possuíam população indígena, esse percentual foi reduzido pela metade em 2010. O número de municípios com as menores proporções, abaixo da média nacional passou de 27 (22,5%), em 2000, para (44,2%) em 2010.

Mapa 1 – Proporção de população indígena no total da população do município – Brasil – 2000

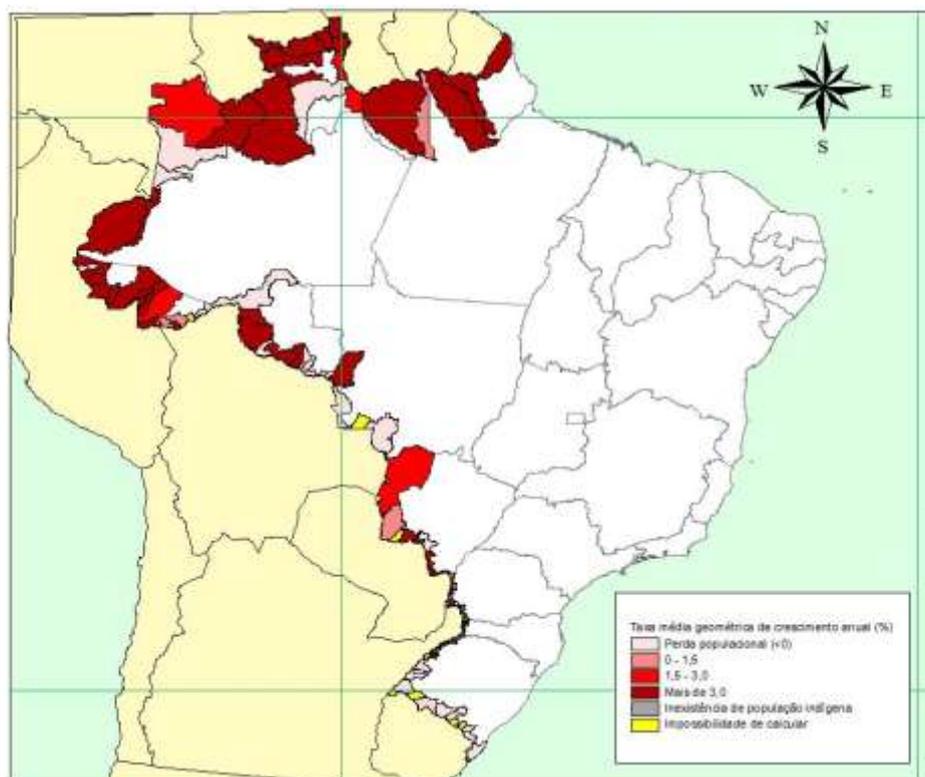


Mapa 2 – Proporção de população indígena no total da população do município – Brasil – 2010



Um terço dos municípios de fronteira revelou crescimento acima de 3,0% ao ano e estão concentrados nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. O conjunto de municípios que pertencem à região Sul foram os que apresentaram ritmo de crescimento negativo.

Mapa 3 – Taxa média geométrica de crescimento anual da população indígena nos municípios de fronteira – Brasil – 2000 e 2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010.

Os resultados do censo 2010 revelaram que a razão de sexo da população indígena residente no conjunto dos municípios limítrofes é de predominância masculina, em torno de 5,7% de excedentes do sexo masculino. Nas áreas urbanas a situação é inversa, onde o número de mulheres excede o de homens, sendo que a diferença entre homens e mulheres diminuiu em relação ao censo 2000. A população masculina é maior nos quadros rurais.

A participação da população de crianças e adolescentes indígenas no total da população indígena, em 2010, corresponde a quase metade da população, 45,6%. Já os adultos correspondem a segunda metade, e o percentual dos indígenas idosos é 3,9%. As estruturas de 2000 e 2010 são muito semelhantes, com um pequeno crescimento dos grupos extremos.

O peso dos jovens (0 a 14 anos) e dos idosos (65 anos ou mais) sobre o segmento populacional que, em princípio, poderia estar exercendo alguma atividade produtiva corresponde a praticamente a relação de um inativo para cada ativo, sendo que na área rural os inativos superam os ativos.

População residente nos municípios com limites de fronteira, segundo a condição de indígena e indicadores demográficos - Brasil 2000/2010

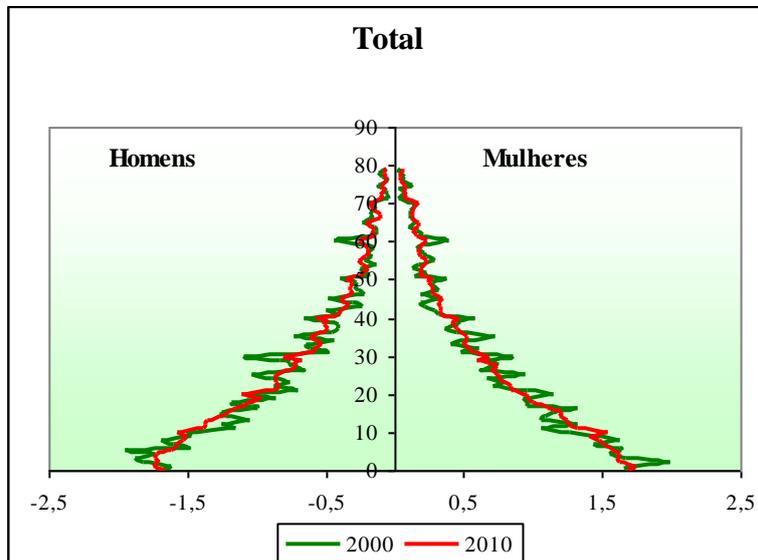
Indicadores demográficos	População residente					
	Total		Urbana		Rural	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
<b>População residente indígena</b>	108 923	174 898	15 599	26 875	93 324	148 023
Razão de sexo (%)	105,5	105,7	92,2	97,8	107,9	107,2
Grandes Grupos (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0 a 14 anos	45,2	45,6	32,2	36,9	47,4	47,2
15 a 64 anos	51,0	50,5	62,2	57,9	49,2	49,1
65 anos ou mais	3,8	3,9	5,6	5,2	3,5	3,7
Razão de dependência (%)						
Total	96,0	98,2	60,8	72,6	103,4	103,6
Das crianças	88,6	90,4	51,8	63,6	96,4	96,2
Dos idosos	7,4	7,7	9,0	9,0	7,0	7,4
Índice de envelhecimento (%)	8,3	8,5	17,3	14,1	7,3	7,7
<b>População residente não indígena</b>	2 607 834	2 881 691	1 912 853	2 251 658	694 982	630 033
Razão de sexo (%)	101,7	100,9	97,1	96,2	115,6	119,3
Grandes Grupos (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0 a 14 anos	33,5	27,9	32,5	27,2	36,5	30,3
15 a 64 anos	61,7	65,8	62,6	66,5	59,3	63,5
65 anos ou mais	4,8	6,3	5,0	6,4	4,3	6,2
Razão de dependência (%)						
Total	62,1	51,9	59,9	50,5	68,8	57,5
Das crianças	54,4	42,3	51,9	40,9	61,5	47,8
Dos idosos	7,8	9,6	8,0	9,6	7,2	9,7
Índice de envelhecimento (%)	14,3	22,7	15,3	23,4	11,7	20,4

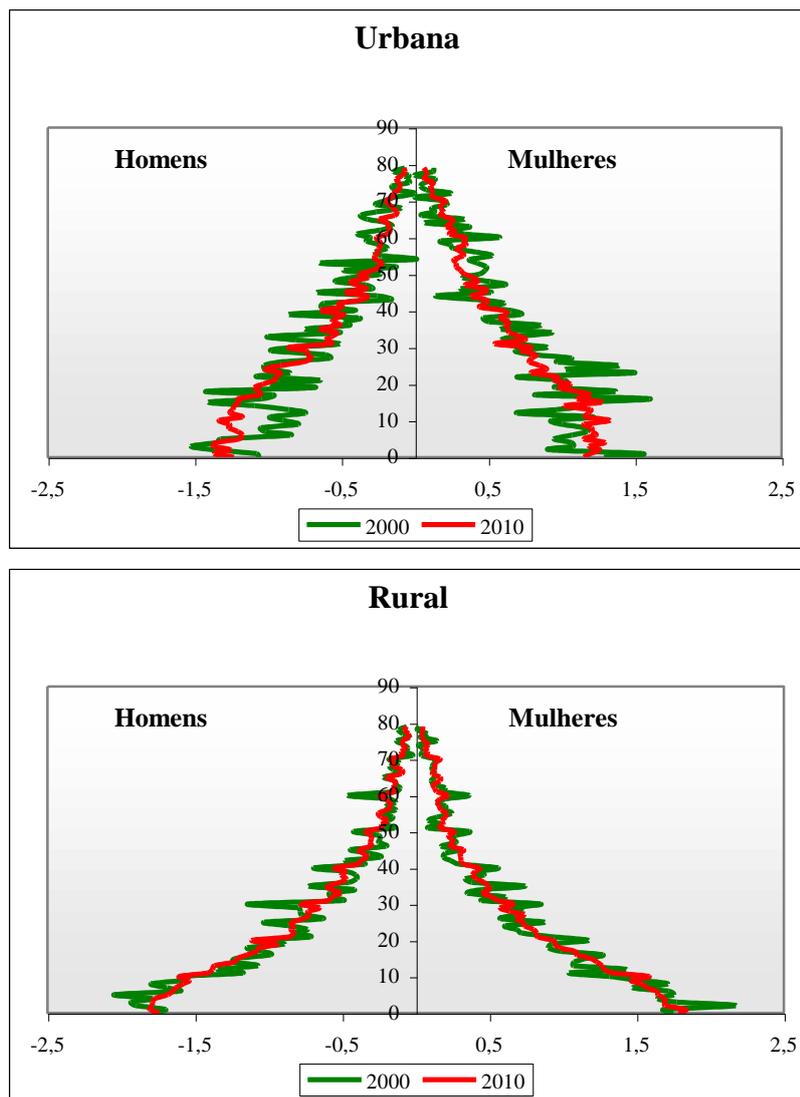
Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010.

Nota: Consideraram-se como população residente não indígena as categorias branca, preta, amarela e parda do quesito da cor ou raça, excluindo sem declaração.

O declínio generalizado da fecundidade no Brasil, conjugado à redução da mortalidade contribuiu de forma decisiva para que ocorressem mudanças na composição por idade da população indígena residente nos municípios fronteiriços. Tais alterações caracterizaram, fundamentalmente, o início do processo de envelhecimento da população indígena. Os traços bem marcados da pirâmide traduzem uma população predominantemente jovem, fruto ainda de altos níveis de fecundidade observada dentre alguns povos indígenas, reflexo da elevada fecundidade da área rural, porém os resultados do censo 2010 revelaram estreitamento na base da pirâmide etária, intensificando o processo de redução do peso relativo do contingente de jovens na população indígena. Nas áreas urbanas, observa-se uma ligeira abertura na base da pirâmide, caracterizando assim um pequeno crescimento na fecundidade em relação ao censo 2000. Em 2000, a taxa de fecundidade total era 2,70 filhos por mulher passando para 2,73 filhos por mulher em 2010. Nas áreas rurais houve praticamente redução de quase 1 filho por mulher, onde a taxa de fecundidade total passou de 5,80, em 2000, para 4,98 filhos por mulher, em 2010.

Gráfico 2 – Composição por sexo e idade da população indígena residente nos municípios limítrofes – Brasil – 2000/2010





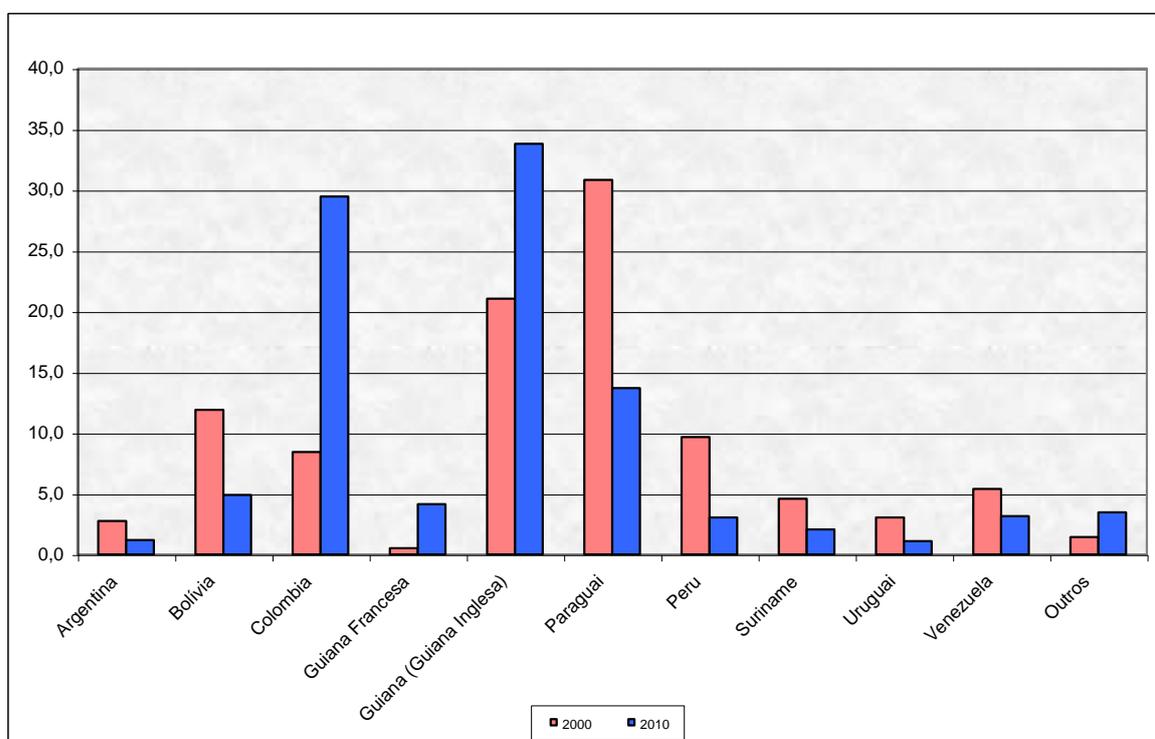
Fonte: Censos Demográficos 2000 e 2010.

Quanto à migração, os resultados do censo 2010 revelaram que 2,9 mil indígenas não eram nascidos nos municípios limítrofes, sendo que 29,7% eram estrangeiros ou naturalizados brasileiros. Em 2000, os estrangeiros ou naturalizados brasileiros representavam 30,4% dos 3,2 mil indígenas não naturais dos municípios fronteiriços. Comparando a migração nos 5 anos antes da data de realização do censo, isto é, 1995 para o censo 2000 e 2005 para o censo 2010, foi observado que houve redução na proporção do número de migrantes. Esses dados afastam a hipótese de um possível aumento do fluxo migratório nas áreas de fronteira para justificar o incremento do número de indígenas na região. Na exploração da procedência dos indígenas de nacionalidade diferente da brasileira observou-se que em 2000, os principais fluxos eram do Paraguai, seguido da Guiana Inglesa, já em 2010, se intensificou o fluxo

proveniente da Guiana Inglesa, passando a ser o de maior intensidade, seguido da Colômbia.

Dos 880 mil indígenas estrangeiros ou naturalizados brasileiros residindo nos municípios fronteiriços, os maiores percentuais estão nos municípios de São Gabriel da Cachoeira (24,9%), pertencente ao estado do Amazonas; no Município de Bonfim (19,4%), em Roraima e, o Município de Foz do Iguaçu (8,2%), no Paraná.

Gráfico 3 - Proporção de indígenas estrangeiros e naturalizados brasileiros residentes nos municípios com limites de fronteira, segundo país de nascimento



Fonte: Censos Demográficos 2000 e 2010.

### Considerações Finais

Sendo o Brasil de grande dimensão territorial e com uma imensa diversidade étnica e linguística, o grande aliado da pesquisa da população indígena no censo 2010 foram as inovações tecnológicas. Para captação das etnias e das línguas faladas foi utilizado o quesito aberto e a possibilidade de cometimento de erros pelos recenseadores era muito grande, principalmente, porque não houve treinamento

específico para quem iria recensear os indígenas dentro das terras. Foi elaborada apenas uma Cartilha quanto a Conduta do Recenseador na abordagem para iniciar a entrevista. As diversas línguas faladas pelos indígenas eram consideradas como um grande obstáculo para a realização das entrevistas e o computador de mão foi um grande aliado. Além de ter sido um instrumento fundamental na redução, de um modo geral, do tempo na divulgação dos resultados; eliminou o trabalho do recenseador na seleção dos questionários da amostra, sendo o sorteio dos domicílios realizado de forma automática. Houve inegavelmente aumento na qualidade das informações, com crítica imediata no momento em que os dados eram coletados, como também, redução sensível dos erros cometidos pelos recenseadores tanto no preenchimento de quesitos obrigatórios quanto no controle do preenchimento por saltos automáticos.

A redução, em 2010, na proporção de pessoas que se declararam na cor branca pode ser uma transferência de declarações para as demais categorias de cor ou raça no conjunto de municípios que fazem fronteira com os países da América do Sul. Os incentivos governamentais, isto é, melhorias nas políticas públicas voltadas para os indígenas, associados a outros fatores, tais como: a busca de melhores oportunidades educativas, de saúde e, principalmente, econômicas pode ter contribuído para o aumento nas declarações de indígenas nos municípios limítrofes.

Em 2010, o crescimento observado na participação de indígenas nas áreas urbanas em relação ao censo 2000 traz a luz a já conhecida falta de território, a pobreza, dentre outras situações que influenciam na decisão de efetuar um movimento migratório.

## Referencias Bibliográficas

IBGE, Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigenas\\_censo.pdf](http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigenas_censo.pdf)>. Acesso em: abr.2012

IBGE, Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. 139 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 16). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia\\_demografica/indigenas/indigenas.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/indigenas/indigenas.pdf)>. Acesso em: abr. 2012.

PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (Org). *Demografia dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2005. 192 p. (Coleção Saúde dos povos indígenas).

PEREIRA, N. de O. M.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R.V. Perfil demográfico e socioeconômico das pessoas que se autodeclararam indígenas nos censos demográficos de 1991 e 2000. In: PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R.V. (Org.). *Demografia dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2005. p. 155-166. (Coleção Saúde dos povos indígenas).